

## INTEGRANDO ESTUDOS ORGANIZACIONAIS EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Gabriel Gualhanone Nemirovsky<sup>1</sup>, Edi Augusto Benini<sup>2</sup>, Elcio Gustavo Benini<sup>3</sup>, Eziel Gualberto de Oliveira<sup>4</sup>,

<sup>1</sup> *Universidade Federal de Mato Grosso do Sul* - [gabrielgnemi@gmail.com](mailto:gabrielgnemi@gmail.com)

<sup>2</sup> *Universidade Federal de Tocantins*- [edibenini@gmail.com](mailto:edibenini@gmail.com)

<sup>3</sup> *Universidade Federal de Mato Grosso do Sul* - [elciobenini@yahoo.com.br](mailto:elciobenini@yahoo.com.br)

<sup>4</sup> *Universidade Federal de Mato Grosso do Sul* - [eziliveira@gmail.com](mailto:eziliveira@gmail.com)

### RESUMO

Em razão do excesso de estudos de caso isolados e outros modismos metodológicos, a compreensão dos desafios da autogestão na economia solidária testemunha uma crônica descontinuidade de interpretações. Defendemos, portanto, a perspectiva de que a adoção de métodos comparativos cross-case em qualitative comparative analysis (QCA) poderia auxiliar a integração de abordagens qualitativas dirigidas à investigação dos distintos fatores que determinam o desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES). Nesse sentido, conduzimos esse ensaio teórico, baseado na pesquisa realizada por Nemirovsky (2014), para a construção de uma matriz analítica que permita identificar e sistematizar o plexo de atores, recursos, processos e interrelações que circunscrevem os EES, operacionalizando essa abordagem epistemológica inovadora em economia solidária. O presente trabalho encerra-se com uma breve discussão sobre as possibilidades de estudos futuros a partir da utilização do instrumento de investigação aqui apresentado.

### PALAVRAS-CHAVE

Estudos Organizacionais, Economia Solidária, Matriz Analítica, Métodos Comparativos, QCA.

### INTEGRATING ORGANIZATION STUDIES ON SOLIDARITY ECONOMY: A THEORETICAL AND METHODOLOGICAL PROPOSAL

### ABSTRACT

As an outcome of the excesss of isolated case-studies and other fad methodologies the comprehension about the challenges of selfmanagement in solidarity economy has been damaged by a severe discontinuity of interpretations. Therefore, we argue that the adoption of comparative cross-case methods such as the Ragin's Qualitative Comparative Analysis (QCA) could result in integrated qualitative approaches adressed to the investigation of the distinct variables that drive the development of the Economic and Solidarity Enterprises (ESE). Thus, this essay, based upon the research done by Nemirovsky (2014), conducts to the development of an analytic matrix in which the various actors, resources, processes and interactions among ESSE can be identified and aggregated. The work finishes with a brief discussion about the potentialities for future organization studies laying in the instrument designed and presented in this paper.

### KEYWORDS

Organization Studies, Solidarity Economy, Analytics Matrix, Comparative Methods, QCA.

## INTRODUÇÃO

O surgimento da economia solidária como campo próprio de estudos científicos, desenvolvendo-se como objeto de análise independente, representou um importante marco para o florescimento de múltiplas abordagens sobre a práxis engendrada pelos empreendimentos econômicos e solidários (EES). Tal profusão de estudos tornou a economia solidária em um campo de pesquisas contestado por diversas propostas epistemológicas cujas interpretações, análises e prescrições não raramente conflitam entre si, em razão de fatores como: escopo das pesquisas, métodos de abordagem, procedimentos analíticos e posturas político-ideológicas dos pesquisadores.

É possível verificar junto à base de dados correntes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a existência de 109 linhas de pesquisa direcionadas diretamente à economia solidária, sem mencionar a existência de pesquisas endereçadas a temas correlatos, tais como: associativismo, cooperativismo popular, políticas públicas de economia solidária e autogestão.

No entanto, conforme aponta diagnóstico de Gaiger (2012), em que se pese o vultoso fluxo de produções bibliográficas orbitando essa temática, percebe-se certo predomínio do caráter normativo das propostas de estudo sobre a capacidade analítica das mesmas, implicando em uma dificuldade generalizada de se submeter a compreensão dos fenômenos que permeiam a vida organizativa da economia solidária à formação de um arcabouço contínuo e interconexo de interpretações. Para Bertucci (2010), tal carência analítica se deve ao apelo majoritário das pesquisas em economia

solidária a estudos isolados cujos resultados não têm permitido que novas investigações científicas ultrapassem as especificidades de cada estudo, inibindo as possibilidades de integração desses estudos com outros métodos de pesquisa.

Calbino e Paes de Paula (2013) não só confirmam esse modismo metodológico como evidenciam outras tendências para as pesquisas em economia solidária, avaliando-a, no entanto, sob a orientação da perspectiva organizacional da administração. Segundo o trabalho bibliométrico dos autores, cobrindo o período de 1970-2010, há uma clara inclinação dos estudos para propostas qualitativas de pesquisa – 83,8% das teses/dissertações e 81,4% dos trabalhos em periódicos – focadas unicamente em EES – 61,6% das teses/dissertações e 49% dos trabalhos em periódicos – ignorando outros elementos meso e macro-organizacionais, para a reprodução majoritária de Estudos de Caso – 58,1% das teses/dissertações e 53,4% dos trabalhos em periódicos.

A apreciação organizacional da economia solidária tem seu marco nos encontros de Estudos Organizacionais realizados pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ANPAD) dos quais os trabalhos de Costa e Carrion (2008), Faria et al (2008), Behr e Paes de Paula (2008), Vargas (2002), Passos (2008) e Gomes, Pessoa e Faria (2008) merecem menção por sua natureza exploratória e teórico-metodológica. Além desses estudos, e mais recentemente, os trabalhos de Ribeiro e Müylder (2014) e Ferrarini, Gaiger e Veronese (2013) possibilitam observar os constrangimentos e impasses existentes para a superação de perspectivas teóricas parciais e unilaterais.

Não obstante a essas tentativas de consolidação de um marco teórico consistente, tais discussões organizacionais majoritariamente repousam, em nosso entendimento, em perspectivas isoladas ora estritamente teóricas ora acentuadamente específicas quanto ao objeto de análise, uma vez que não se pode observar em nenhum desses estudos a tentativa de desenvolver teoricamente ou de aplicar instrumentos de análise qualitativa que permitam compreender os fenômenos organizacionais dos EES, seus condicionantes e suas determinações em múltiplos casos de estudo.

Tocando essa problemática, o presente ensaio tem também o propósito de colocar em discussão o desenvolvimento de um instrumento de análise qualitativa-comparativa para apreciação transversal de casos de EES, reunindo os elementos que configuram não só os aspectos micro-organizacionais dos empreendimentos, sob a perspectiva do trabalho associado, mas também os elementos que pertencem às instâncias meso e macro-organizacionais em que podem ser observadas as interrelações entre os empreendimentos e seus condicionantes externos: políticos, econômicos, comunitários, societais, formativos, etc.

Para tanto, o estudo proposto encontra-se dividido em três seções, de maneira que na primeira seção situamos a economia solidária e a autogestão em uma perspectiva dialética da estrutura social e de suas respectivas determinações históricas, identificando e descrevendo os elementos fundamentais que devem ser destacados para fundamentar adequadamente o instrumento de análise que se pretende colocar em discussão.

Após essa primeira etapa, realizar-se-á a apresentação da configuração dos elementos

identificados na primeira seção sob a forma do instrumento analítico desenvolvido para a análise comparativa de múltiplos casos de EES, de modo a colocar em discussão suas possíveis contribuições para o preenchimento das lacunas epistemológicas outrora apontadas.

Na terceira seção, por sua vez, descrevemos o método comparativo desenvolvido por Charles Ragin, denominado QCA (Qualitative Comparative Analysis), que servirá de estratégia de abordagem para a integração de múltiplos casos de empreendimentos solidários, permitindo compará-los por meio de configurações de elementos observáveis cuja presença poderá ser detectada e avaliada qualitativamente.

Por fim, o artigo conduz sob a forma de considerações finais a necessidade do debate sobre novas metodologias que permitam analisar múltiplos resultados para que sejam identificados os fatores mais relevantes dentre os que são identificados pelo instrumento de investigação proposto para a construção da autogestão como proposta efetiva de emancipação do trabalho, produzindo uma ferramenta ampla qualitativa que seja complementar à ferramenta quantitativa do mapeamento dos empreendimentos em território nacional.

#### **SITUANDO A AUTOGESTÃO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: ELEMENTOS E EIXOS ANALÍTICOS FUNDAMENTAIS**

Compreender a economia solidária e suas manifestações concretas – associações, coletivos informais, cooperativas, fábricas recuperadas, etc – sob uma perspectiva histórica autêntica implica se afastar da percepção de Lévi-Strauss (1989, p. 291) para o qual a história apresenta-se apenas como procedimento para se “inventariar a

integralidade dos elementos de uma estrutura qualquer, humana ou não humana”. Pelo contrário, a história e o sentido da ação histórica devem ser avaliados, conforme propõe Meszáros (2011), a partir das mediações dialéticas que se desenvolvem entre determinada estrutura social e as determinações sócio-históricas que lhe são presentes e também aquelas que lhe são trans-históricas.

Essa concepção permite apresentar a economia solidária como cristalização de uma forma histórica de organização do trabalho que surge no Brasil, segundo Singer (2002), a partir da década de 1980, em função da profunda crise econômica que se instalou no país e que atravessou a década de 1990, a partir da abertura comercial pré-matura cuja consequência imediata foi o aumento do desemprego estrutural e a desestruturação do mercado de trabalho, fazendo emergir novas configurações de trabalho, segundo Antunes e Alves (2004).

Em Laville e França-Filho (2004), a observação dessa origem recente valida a conclusão de que a economia solidária manifesta-se em meio à crise da sociedade salarial, enquanto forma distinta de relação socioeconômica não mercantil que se funda predominantemente na reciprocidade e na dádiva maussiana. No entanto, a reestruturação produtiva que dá origem à heterogeneidade da força de trabalho, tal qual a crise do assalariamento considerada pelos autores, é apenas camada superficial da profunda crise estrutural do capital, descrita em Meszáros (2002) que coloca em evidência os limites do controle metabólico do capital sobre o modo de reprodução social.

Muito mais significativa é, portanto, a gênese histórica da economia solidária, pois sua conformação se dá justamente na consumação

da fase de ascensão global do capital em que, inelutavelmente, generaliza-se a crise de sociabilidade da forma capitalista de produção. Consequentemente, a crise das mediações que sedimentam, conforme salienta Meszáros (2006), a transcendência da alienação do trabalho – a propriedade privada e suas personificações, o dinheiro e suas mistificações, o fetichismo da produção, o Estado como materialização política do capital – possibilita à classe trabalhadora cimentar novas relações de trabalho, aparentemente, defensivas em relação à destrutividade totalizante do capital.

Esta defensividade, no entanto, não deve ser tomada unilateralmente ou como forma de convivência pacífica entre a economia solidária e o modo hegemônico de produção do capital, como pretendem os autores que se amparam na lógica de Polanyi (2000) ou na tese de Singer (2004), pelo contrário, a estratégia de consolidação do trabalho associado entre os trabalhadores-dirigentes de EES conduz a economia solidária ao resgate do projeto histórico da autogestão, cuja defesa acadêmica tem sido duramente criticada por Gaiger (2012) por conter, segundo ele afirma, conteúdo determinístico impróprio à investigação científica.

Sendo a autogestão tomada como projeto, resta saber, no entanto, a que propósito serve, quais são seus mecanismos de ação, sua viabilidade e potencialidades e, principalmente, quais são suas limitações estruturais. Oportunamente, cabe reproduzir a concepção de Nascimento (2004, p.2), segundo a qual a autogestão representa “a construção permanente de um modelo de socialismo, em que diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão [...] encontram-se nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente”.

A validade de tal argumento implica uma profunda transformação pela qual devem passar não só as esferas da produção material, mas também todas as esferas de reprodução social, de modo que se complete a transição do trabalhador-dirigente, inscrito e limitado ao microcosmo da produção associada, rumo à gênese do produtor-cidadão, livre e democraticamente organizador da produção social global.

O desafio que esta tarefa histórica impõe sugere que o acúmulo de experiências anteriores de auto-organização da classe trabalhadora – o cooperativismo revolucionário europeu, a comuna de Paris, os conselhos soviéticos, a Revolução dos Cravos, as fábricas recuperadas na América Latina, etc. – caminhe em uma trajetória teleológica inevitavelmente aberta, em que naturalmente possam ser observadas continuidades e rupturas em relação à ordem metabólica vigente. Nesse sentido, o conteúdo determinístico impróprio à investigação científica recai exatamente na tentativa de se assegurar acadêmica e politicamente que a concretude do projeto autogestionário manifestado pelos EES não possa e não precise ultrapassar as barreiras do capital.

De outro lado, como ressaltam as pesquisas de Guillerme e Bourdet (1976), Benini e Benini (2010) e Novaes (2011), a autogestão, *in statu maturitatem*, pressupõe o evanescer de mediações sociais não antagônicas que transformem toda a estrutura em que se assentam as relações sociais de produção e as forças produtivas, a superestrutura jurídico-política que lhe é correspondente e, por último, as formas de consciência que dela se desenvolvem.

Tendo em vista o horizonte de reestruturação radical da sociabilidade e de sua práxis

subjacente, a consumação da autogestão aponta para a perspectiva de que a atividade humana não se encontra limitada à substância prática da vida, devendo também ser compreendida à luz da apropriação teórica da realidade, preservando assim o homem como ser genérico, tal como Marx (2004) afirma. Desse modo, o sentido da autogestão, *in statu nascendi*, na economia solidária carrega em si a noção de que a dimensão prática da atividade produtiva associada não pode estar estranhada de suas dimensões políticas, jurídicas, sociais e formativas, devendo todas integrar a investigação científica da práxis solidária.

Há que se superar, portanto, em primeiro lugar, as contradições materiais da produção que repousam na alienação do trabalho, em sua divisão hierárquico-social e nas formas reificadas de exploração da força de trabalho; em segundo lugar, o fetichismo da produção que subsume o valor de uso dos objetos ao valor de troca da forma-mercadoria, ao passo que fratura espacial e temporalmente as esferas da produção e da circulação; em terceiro lugar, as formas superestruturais de reprodução do capital, que se manifestam na propriedade privada e no modo de regulação social da produção; e, em último lugar, o próprio domínio hegemônico de classe próprio às manifestações estatais do capital, que ganha forma no conflito irreconciliável entre classes estruturalmente antagônicas.

De posse das contingências estruturais que circunscrevem as experiências dos EES, pode-se, portanto, situar adequadamente os elementos e eixos fundamentais que se desvelam da economia solidária. Nesse sentido, busca-se compreender a totalidade de processos, recursos e interações que nutrem as relações particulares do objeto de estudo, as quais têm como núcleo a produção associada.

Para tanto, é necessário, primeiramente, enumerar as singularidades que caracterizam os EES. De acordo com Anteag (2009, p.18), esses empreendimentos possuem os seguintes atributos particulares: a) são organizações coletivas, organizações suprafamiliares singulares ou complexas: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes e centrais etc.; b) os participantes ou sócios são trabalhadores dos meios urbanos ou rurais que exercem coletivamente a gestão de atividades, assim como a alocação dos resultados; c) são permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento ou em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; d) contam com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal; e e) realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos ou serviços) e de consumo solidário.

A partir dessa caracterização resta claro, portanto, que a necessidade imediata da organização associativa do trabalho é necessariamente econômica. Porém, como ressaltam os trabalhos de Novaes (2011), Coraggio (2000), Razeto (1993), Nunes (2009), Brasil (2005), Singer (2002, 2007), Mance (2003) e Barbosa (2007), a atividade dos EES transborda os limites dessa finalidade e, portanto, sua apreensão em totalidade exige ampliação do escopo econômico imediato.

A lógica desse raciocínio supõe que se realize a identificação dos eixos analíticos que permitam decompor teoricamente a práxis da economia solidária, em favor de sua inteligibilidade, como

método de exposição do estudo. Dessa forma, os autores supracitados permitem reconhecer a existência de cinco eixos distintos, porém interconectados: 1º) o eixo nuclear dos EES em que se situam os elementos que fundamentam o trabalho associado e sua organização democrática; 2º) o eixo competitivo-cooperativo em que estão relacionadas as formas de integração essencialmente mercantis e formas não necessariamente mercantis de troca; 3º) o eixo formativo da economia solidária em cujo bojo estão localizadas as instâncias externas e corporificadas, responsáveis pela pedagogia do trabalho associado; 4º) o eixo societal da economia solidária em que o engajamento dos EES, enquanto movimento social, é observado por meio de sua conexão com reivindicações sociais e comunitárias; e 5º) o eixo jurídico-político em que se localizam as instâncias de consolidação do marco legal da economia solidária e da implementação de políticas públicas específicas pra seu fomento e crescimento.

Especificamente, as pesquisas de Singer (2002, 2007), Novaes (2007), Faria, Dagnino e Novaes (2008), Benini e Benini (2010) e Leal (2011) possibilitam entender que o eixo nuclear dos EES comporta: a) a assembleia como epicentro democrático para a tomada de decisões na organização do trabalho associado; b) a estratégia e o planejamento democráticos como fontes da densidade ontológica da economia solidária rumo à autoestão do trabalho; c) a democratização de recursos e operações, como consequência da divisão não antagônica dos trabalhadores no interior do processo de trabalho; d) os processos formativos que colocam em pauta a qualificação dos trabalhadores associados para a consumação de seu domínio sobre o trabalho; e e) a tecnologia e sua Adequação Sociotécnica como fontes de reestruturação das forças

produtivas, para além do mero mimetismo tecnológico que impera no avanço destrutivo da produção de capital.

O eixo competitivo-cooperativo, por sua vez, coloca em evidência os parâmetros avaliados por Singer (2002), Novaes (2007), Mance (2003), Benini (2012) e demonstrados, por exemplo, nos estudos de caso realizados por Arroyo (2008) e Lacerda (2009) segundo os quais se faz necessário conhecer os aspectos mercantis e não mercantis que tornam perceptíveis tanto as formas de submissão e assimilação dos EES à lógica capitalista de produção e circulação de mercadorias quanto as formas de integração econômica não mercantilizadas dos EES em redes de produção, circulação, distribuição, consumo e finanças solidárias que defrontam, mesmo que incipientemente, o intercâmbio fetichista do capital.

Em seu turno, o eixo formativo contempla o corpus de elementos que servem de ponto de apoio para a aglutinação de experiências de EES e o desenvolvimento de diálogos e interlocuções em instâncias de participação coletiva. Conforme apontam os trabalhos de Alaniz (2012), Gaiger (2012), Nunes (2009), Brasil (2005), merecem menção: a) o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); b) as Conferências Nacionais de Economia Solidária; c) a Rede de Gestores de Economia Solidária; d) os Centros de Formação em Economia Solidária (CFES); e) as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's); f) os Grupos de Pesquisa que se organizam em âmbito universitário; g) as Associações e Entidades que prestam apoio para o fornecimento de pessoal e conhecimentos que não podem ser obtidos ou ainda que não foram desenvolvidos pelos próprios trabalhadores dos EES.

Paralelamente, o eixo societal revela-se na comunhão de reivindicações sociais que têm no trabalho a centralidade de suas mobilizações. Nesse sentido, as pesquisas de Silva Júnior (2004), Gaiger (2012), Lisboa (2005), Ribeiro e Müylde (2014), Nobre (2003) colocam em discussão a economia solidária como elemento de afirmação para segmentos sociais, políticos e econômicos diversos, tais como: sociedades quilombolas, comunidades tradicionais, comunidades em condições de fragilidade econômica, permacultura, agroecologia, movimentos pela ampliação da participação da mulher, movimentos de cooperativas de catadores, etc. Em consequência disso, cabe avaliar a capacidade de incorporação de demandas sociais, a participação e a articulação dos EES com outros movimentos abrangentes e necessidades comunitárias locais.

Por fim, o eixo jurídico-político permite adensar as instâncias em que se define o marco legal da economia solidária e as políticas públicas de economia solidária. De fato, os estudos de Barbosa (2007) e Schiochet (2009) permitem incluir nesse eixo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), a Frente Parlamentar da Economia Solidária e em nível regional/local as secretarias conselhos estaduais e municipais de economia solidária. Identificar essas instâncias possibilita avaliar se os EES estão sendo contemplados com recursos para seu fomento e crescimento e se estão incluídos nos canais de participação viabilizados nacionalmente e/ou em seus territórios específicos.

Por meio dessa caracterização, manifesta-se a intenção de denotar que a práxis organizacional empreendida pela economia solidária situa-se de forma pluri-organizacional e transversal, no sentido de que, embora o protagonismo da

economia solidária seja efetivado pelos EES, há que se salientar que outras organizações, instâncias, órgãos e movimentos sociais também projetam impactos que afetam sobremaneira a existência da economia solidária.

### **UMA MATRIZ ANALÍTICA PARA APREENDER A PRÁXIS ORGANIZACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Identificados os diferentes eixos analíticos que compõem a práxis organizacional da economia solidária, tornam-se inteligíveis os elementos que permitem reconhecer a multiplicidade de caracteres organizacionais, dos quais a reflexão colocada em pauta pelo presente estudo não pode prescindir. No entanto, faz-se necessário ordenar tais caracteres em uma estrutura cognitiva adequada, em que todos os elementos possam ser vislumbrados de forma interconexa, uma vez que o objetivo central da análise é possibilitar a investigação integrada práxis organizacional da economia solidária, sob a perspectiva comparativa da abordagem QCA.

Para darmos início a formação da estrutura cognitiva para apreensão da economia solidária faz-se necessário manter-se em perspectiva que a atividade dos EES será compreendida como síntese de uma práxis organizacional una, porém multifacetada, cuja inteligibilidade implica a necessidade de que sua unidade seja decomposta em elementos teoricamente diferenciáveis.

Às verves dessa consideração, o estudo de Nemirovsky (2014) possibilita representar os eixos analíticos e seus elementos específicos de forma a estruturá-los em acordo com os impactos específicos que cada um, isoladamente, proporciona à economia solidária. De fato, mantém-se nessa caracterização a centralidade da organização democrática do trabalho associado como força

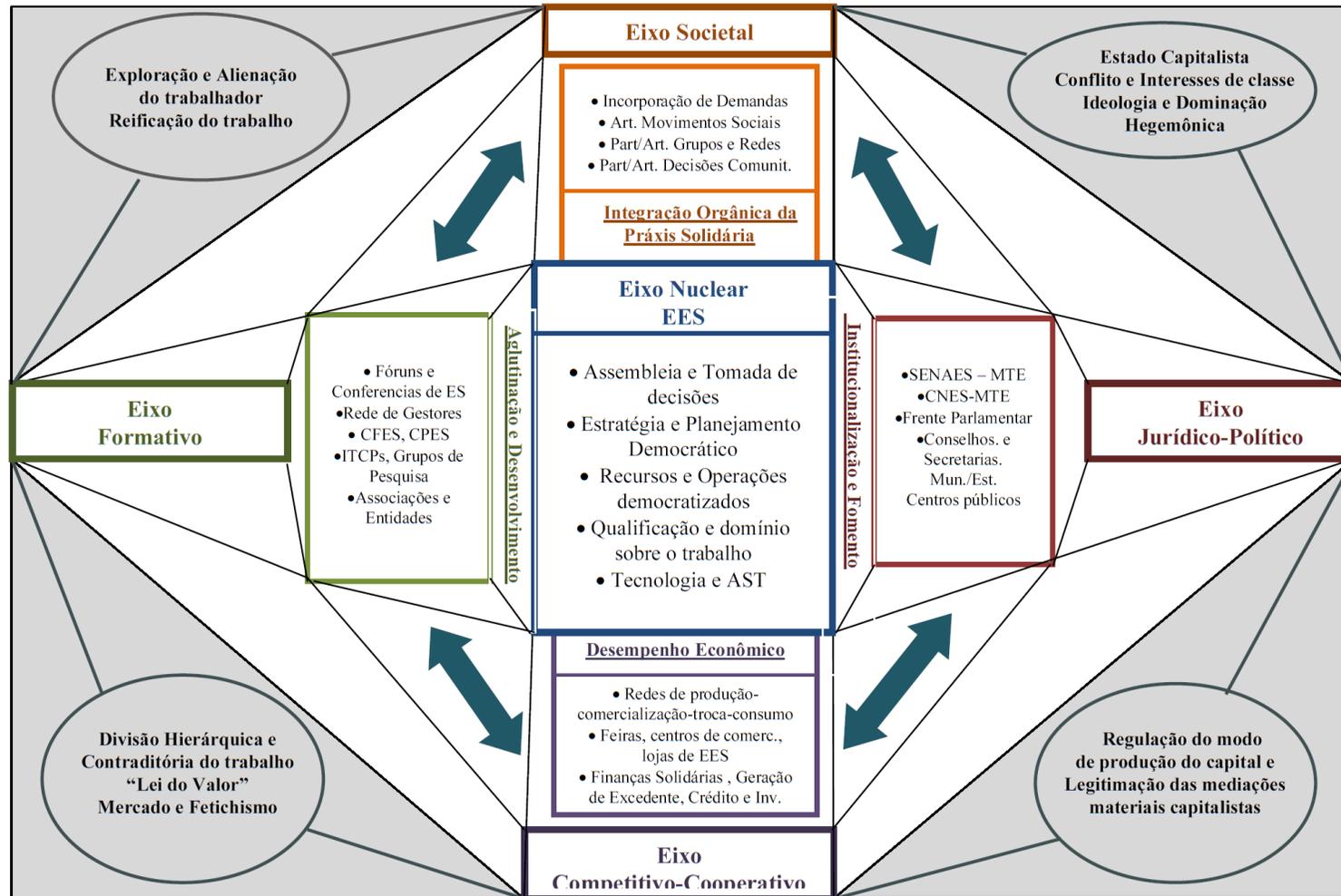
propulsora das relações causais que se manifestam em e entre os eixos evidenciados. No entanto, a configuração dessas relações não deve necessariamente ser entendida a partir um determinismo unilateral ou mecânico-estrutural, mas como síntese das imbricações que essas relações produzem ao longo de suas implicações para o resultado.

A intenção de realizar tal representação revela a necessidade de se inventariar os condicionantes estruturais e seus respectivos subcondicionantes de modo a analisá-los como fontes cujas contribuições se alinhem ao objetivo de desenvolvimento da economia solidária em seus aspectos imediatos e em sua perspectiva de projeto da autogestão.

Especificamente, no eixo formativo seus respectivos subcondicionantes contribuem de forma imediata para a formação técnica e sociopolítica em empreendimentos, disponibilizam assistência técnica especializada e, além disso, atuam participando e acompanhando a implementação de políticas públicas de economia solidária, de forma a se alcançar a aglutinação e o desenvolvimento das experiências de EES e a fortalecer a economia solidária nesse eixo analítico.

Optou-se, a partir de Nemirovsky (2014), por apresentar tais redes de relações causais sob a forma de Matriz Analítica, pois compreendemos que esta estrutura cognitiva permite visualizar de forma adequada o inventário de eixos analíticos e seus respectivos subcondicionantes causais, contribuindo para sua apreciação integral, conforme consta a seguir:

**Figura 1 - Matriz Analítica de condicionantes causais da Economia Solidária**



Fonte: adaptado de Nemirovsky (2014).

A Matriz Analítica apresentada coloca em perspectiva a rede de relações causais que concorrem para a organização do trabalho associado em EES e, sobre isso, algumas considerações primárias devem ser feitas: em primeiro lugar, tem-se a compreensão de que a economia solidária desenvolve-se sob o espectro do controle metabólico exercido pelo capital por meio de seus condicionantes estruturais os quais, por sua vez, limitam e regulam a economia solidária, comprimindo o escopo de sua autogestão; e em segundo lugar, ressalta-se que, internamente, cada eixo analítico compõe-se de subcondicionantes os quais possuem atribuições imediatas para com os EES e contribuições à consolidação da autogestão *in statu nascendi*.

Em relação à primeira consideração, constam nas elipses as mediações e processos que atuam como constrangimentos estruturais que limitam o desenvolvimento da práxis organizacional dos EES tomados isoladamente e que impõem à economia solidária, como um todo, limitações para seu projeto de autogestão. Por outro lado, em relação à segunda consideração, os diferentes eixos de análise são expostos de forma a manifestar a compreensão de que a evolução das práticas de autogestão configuradas no eixo nuclear dos EES não depende somente dos aspectos qualitativos internos da organização democrática do trabalho associado, mas envolve, além disso, a necessidade de que todo o plexo de subcondicionantes da Matriz Analítica também se coloque em avaliação.

Não obstante, as setas que se situam entre cada grupo de condicionantes implica a noção de que há relações causais de escopo mesoanalítico que merecem destaque para a investigação. A importância desse elemento reside no fato de que, por exemplo, a existência de uma política

pública de economia solidária, deliberada no âmbito de um conselho estadual de economia solidária e implementada por um órgão executivo (secretaria especializada ou outro), que acarrete o desenvolvimento de um Centro Público de Economia Solidária o qual, por sua vez, estabeleça redes de colaboração solidária entre diferentes EES, significa que vários subcondicionantes causais relacionam-se de forma imbricada e complexa.

Ao inventariar os elementos condicionantes sob a forma de estrutura de entrelaçamentos, a Matriz Analítica expõe, a um só tempo, os condicionantes micro – eixo nuclear –, meso – a relação entre os eixos analíticos – e macroanalíticos – a relação entre os eixos analíticos e os constrangimentos macroestruturais do capital – da práxis organizacional da economia solidária. Nesse sentido, a Matriz Analítica oferece importantes subsídios para as abordagens comparativas orientadas por casos (*case-oriented*), uma vez que permite uma abordagem integrada e integral da economia solidária e de seus determinantes de uma forma dinâmica.

De posse dos caracteres destacados anteriormente, encaminha-se a seguir a discussão do método QCA, suas particularidades, seus elementos essenciais, seu propósito e seus procedimentos internos.

#### **DA MATRIZ ANALÍTICA À PERSPECTIVA DOS ESTUDOS COMPARATIVOS SOB O MÉTODO QCA**

Destarte, o método QCA, cujo desenvolvimento seminal deve-se a Charles C. Ragin – Ragin (1987, 2000, 2008) – tem sua origem nas discussões sobre a aplicação de procedimentos comparativos de investigação nas Ciências Sociais, principalmente em razão dos constrangimentos analíticos e técnicos que

estes apresentavam em fase anterior ao advento do QCA.

Segundo Ragin (1987), o QCA tem sua razão de ser em investigações científicas orientadas por estudos de caso e sua gênese deve ser compreendida tanto como proposta crítica à divisão epistemológica que posicionava de forma antagônica métodos qualitativos e quantitativos quanto como contraposição à hegemonia das perspectivas quantitativas para análises transversais de múltiplos casos. Desse modo, a abordagem do QCA deve ser compreendida como forma de interlocução entre as apreciações qualitativas e quantitativas sobre os objetos investigados. Além disso, o QCA representa um pacote analítico que permite apreender os elementos necessários/desnecessários e suficientes/insuficientes para a compreensão lógica da complexidade causal que se pretende analisar.

Para tanto, Ragin (1987) esclarece que a análise deve ser conduzida de acordo com os seguintes parâmetros: em primeiro lugar, há que se reconhecer o que se pretende identificar como o resultado desejado (outcome) a ser apurado no decorrer da análise e, em sequência, os casos positivos em que este resultado é observável; em segundo lugar, deve-se identificar os casos negativos, que apesar de conterem características comuns aos casos positivos, não conseguem, no entanto, alcançar o resultado desejável; e em terceiro lugar, impera a necessidade de se estabelecer os condicionantes causais que concorrem para a obtenção do resultado desejado, de modo que se torne inteligível a estrutura de relações causais que deve ser avaliada.

Após essa fase inicial, ainda segundo o autor, procede-se à avaliação lógico-dedutiva dos condicionantes causais identificados

anteriormente, por meio da construção de uma tabela-verdade em que os múltiplos são colocados em observação de acordo com as combinações de condicionantes causais que eles exibem. Nesse sentido, o que se pretende colocar em perspectiva é a análise das configurações de condicionantes causais que logicamente possibilitam alcançar o resultado almejado.

Ainda, as configurações de condicionantes causais são avaliadas levando-se em consideração a porcentagem de casos que atingem tal resultado, de forma que essa análise verifica a consistência da amostra em relação às configurações possíveis. A consistência pode ter variação 0 ou 1, indicando consistência perfeita, respectivamente a ausência de casos que alcançaram o resultado ou a totalidade deles, ou um resultado, por exemplo, de 0,5 em que se observa uma inconsistência perfeita. Esse passo permite a identificação de casos contraditórios que exigem a preocupação da investigação com as particularidades observadas em um determinado caso e, por outro lado, pode esclarecer com maior segurança as diferenças marcantes entre casos positivos e negativos. Além disso, a observação dessas consistências possibilita encontrar em casos contraditórios certos condicionantes causais cuja relevância para o resultado ainda era questionável.

Encerrada a segunda parte do método QCA, inicia-se, conforme Ragin (2000), a etapa de análise da tabela-verdade para a avaliação adequada da suficiência/insuficiência e relevância/irrelevância dos condicionantes causais colocados em perspectiva na tabela. Esse procedimento, realizado geralmente pela programação de algoritmos em softwares específicos, supõe uma comparação por pares de condicionantes, de modo que seja possível a

simplificação de condicionantes para um mesmo grupo de observações, diminuindo a redundância das análises. Como resultado, este processo culmina na identificação das relações causais que levam ao resultado.

Por último, a quarta fase do método QCA refere-se à avaliação dos resultados obtidos pela terceira etapa de procedimentos analíticos. Segundo Ragin (1987), a fase de avaliação compreende a tentativa de se extrair dos resultados a suas repercussões analíticas, as quais permitem que o pesquisador se volte aos casos estudados e teste a aproximação entre os resultados obtidos e a realidade observável dos casos. Isso conduz a análise para a avaliação das próprias configurações de condicionantes causais colocada em aplicação para os estudos dos casos escolhidos.

Se aplicado adequadamente ao estudo da práxis organizacional da economia solidária, o método QCA, a partir dos subsídios fornecidos pela Matriz Analítica, torna-se possível observar quais eixos analíticos, ou mais especificamente, quais subcondicionantes causais exercem impacto mais relevante para a autogestão dos trabalhadores nos EES. Tal indicativo favorece potencialmente a obtenção de elementos para se determinar com maior clareza os porquês e como determinados casos de EES exibem resultados mais favoráveis do que outros, mesmo que os últimos também estejam sob a atuação dos mesmos condicionantes causais.

Se, por exemplo, se considerasse uma análise do desempenho econômico dos EES tendo-se como resultado a existência de sobras para distribuição entre os membros dos empreendimentos, poderiam ser elencados, de

forma simplificada, os seguintes condicionantes: 1) a formação técnica fornecida por CFES; 2) a existência de Centros de Comercialização de Economia Solidária para a venda de produtos do EES; 3) a implementação de políticas públicas municipais para aquisição de produtos da economia solidária; e 4) a existência de planejamento estratégico dentro do EES em questão. Desse modo, a tabela-verdade seria organizada segundo o formato da tabela 1.

Na tabela-verdade utilizada para o exemplo a primeira coluna – Config. – indica todas as configurações logicamente possíveis dados os quatro condicionantes causais considerados, existentes (1) ou inexistentes (0), de forma que os casos analisados foram avaliados de acordo com a consistência (porcentagem dos casos, dentro de um mesma configuração, em que o resultado se verificou) que demonstram em relação às configurações possíveis.

Em primeiro lugar, deve-se colocar em evidência que cinco configurações (1, 2, 5, 7, 12) não apresentaram consistência para o estudo, uma vez que não houve nessas configurações a presença nem de casos positivos ou negativos. Em segundo lugar, pode-se observar a presença de sete configurações não contraditórias (consistências 0 ou 1), três das quais não apresentam o resultado (3, 9, 11) e quatro configurações que apresentam o resultado (6, 8, 14, 16). Além disso, observa-se que quatro configurações são contraditórias (consistências entre 0 e 1), entre as quais três são próximas à 0 (4, 10, 13) e uma é próxima a 1 (15).

Tabela 1- Tabela-Verdade para abordagem QCA

Config.	Assist. CFES	Centr. Comer	Pol. Públic	Plan. Estrat.	EES com Sobras	EES sem Sobras	Consist
1	0	0	0	0	0	0	-
2	0	0	0	1	0	0	-
3	0	0	1	0	0	4	0
4	0	0	1	1	1	5	0,167
5	0	1	0	0	0	0	-
6	0	1	0	1	4	0	1
7	0	1	1	0	0	0	-
8	0	1	1	1	5	0	1
9	1	0	0	0	0	3	0
10	1	0	0	1	1	7	0,125
11	1	0	1	0	0	10	0
12	1	0	1	1	0	0	-
13	1	1	0	0	1	5	0,167
14	1	1	0	1	6	0	1
15	1	1	1	0	6	2	0,75
16	1	1	1	1	8	0	1

Tabela 2 - Tabela-verdade revisada

Config.	Assist. CFES	Centr. Comer	Pol. Públic	Plan. Estrat.	Acess. Cred.	EES com Sobras	EES sem Sobras	Consist.
3	0	0	1	0	0	0	4	0
4	0	0	1	1	0	0	5	0
6	0	1	0	1	0	4	0	1
8	0	1	1	1	1	5	0	1
9	1	0	0	0	0	0	3	0
10	1	0	0	1	1	0	7	0
11	1	0	1	0	0	0	10	0
13	1	1	0	0	1	0	5	0
14	1	1	0	1	0	6	0	1
15	1	1	1	0	1	6	0	1
16	1	1	1	0	0	0	2	0
17	1	1	1	1	1	8	0	1

As configurações contraditórias implicam revisão da análise das configurações, de modo que seja revisto o nexos causal entre condicionantes e resultado. Dessa forma, ao nos remetermos para os casos estudados, poderíamos, por hipótese, observar que os três casos positivos presentes respectivamente nas configurações 4, 10 e 13 tenham manifestado o resultado em função de doações particulares e esporádicas de recursos financeiros e, sendo esse condicionante irrelevante para a análise da amostra de casos, tais casos podem ser retirados do rol de estudos sem prejuízos à investigação. Por outro lado, ao voltarmos aos casos da configuração 15, podemos confrontar os casos positivos e negativos e extrair a informação de que em todos os casos negativos os EES analisados compartilham o fato de sofrerem restrições para a obtenção de crédito junto a instituições financeiras, apontando para a o condicionante “ter acesso a crédito em instituições financeiras” como relevante para a análise das configurações de relações causais. Por consequência, é necessário refazer a revisão da tabela-verdade, incluindo agora esse novo condicionante.

Após a exclusão das configurações nas quais não havia casos positivos ou negativos identificados, essa segunda versão da tabela-verdade possibilita observar que a inclusão do novo condicionante “acesso a crédito” permitiu a separação da configuração 15 original – 6 casos positivos e 2 casos negativos – em duas novas configurações, uma vez que a nova configuração 15 contém apenas casos positivos e a nova configuração 16 apenas os casos negativos. Em adição, é possível observar que há somente consistências perfeitas e que os três casos positivos das configurações 4, 10, 13 foram excluídos da amostra por sua inadequação à análise proposta.

A partir desta etapa, faz-se necessário empreender a análise da tabela-verdade com o objetivo de exibir as diferentes configurações de condicionantes que distinguem de forma consistente os casos positivos dos negativos em respeito ao resultado observado. O uso do software fuzzy-set QCA auxilia a comparação de configurações compatíveis em que se diferenciam pela presença de apenas um condicionante – o que poderia ser realizado entre as configurações 15 e 17, por exemplo.

A comparação entre as configurações 15 e 17 indicaria que a existência de assistência do CFES, de centros de comercialização, de políticas públicas e de acesso a crédito implicaria a ocorrência de casos positivos, não sendo relevante, contudo, a presença do planejamento estratégico nos EES. Dessa forma, o condicionante que difere pode ser eliminado da análise e uma nova configuração, agora mais simples, pode substituir as configurações 15 e 17.

Esse processo de comparação por pares, segundo Ragin (200), segue até o momento em que nenhuma simplificação a mais seja possível, de forma que apenas configurações que apresentam o resultado sejam submetidas a esse tipo de análise. Por outro lado, é importante salientar que o mesmo processo de comparação por pares pode ser realizado entre as configurações para as quais não havia observações e outras configuração das quais é possível distinguir apenas um condicionantes causal.

Esse procedimento de análise contrafactual ressalta a importância de conhecimentos profundos sobre os casos estudados de forma que a inclusão, exclusão ou simplificação das configurações exige que a investigação pelo método QCA sempre mantenha em perspectiva a singularidade das amostras contempladas,

bem como sua representatividade universal em relação a todos os casos analisados. É precisamente nesse instante que a Matriz Analítica se faz importante, pois, uma vez que expõe os condicionantes causais e seus respectivos eixos analíticos, torna a busca por novos elementos epistemologicamente coerente com a perspectiva comparativa adotada.

O resultado da análise QCA permite que três padrões de respostas possam ser visualizados: 1) um padrão complexo que não utiliza nenhuma análise contrafactual; 2) um padrão parcimonioso em que podem ser utilizadas análises contrafactuais que impliquem baixa alteração das configurações; e 3) um padrão intermediário em que a utilização de configurações sem observação somente poderá render mudanças nas configurações utilizadas mediante a realização de indicações teóricas ou de observações substantivas sobre os casos em estudo.

Dessa forma, tendo em vista que os padrões descritos incluem soluções de interseção entre configurações (multiplicação) ou formas alternadas de configuração (soma), um resultado complexo poderia conter a seguinte solução “Assist. CFES x Centr. Comer x Pol. Públic x Plan. Estrat. + Acess. Cred. x Assist. CFES x Centr. Comer. x Pol. Públic”. Por outro lado, um resultado parcimonioso poderia ser descrito como “Centr. Comer x Pol. Públic + Acess. Cred. x Assist. CFES”. Por último, um resultado intermediário do tipo “Acess. Cred. x Assist. CFES x Centr. Comer. + Acess. Cred. x Assist. CFES”.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista os benefícios contemplados pela abordagem QCA é, no entanto, importante considerar que, à primeira vista, essa forma de

análise qualitativo-comparativa não necessitaria de um instrumento metodológico auxiliar – no caso, a Matriz Analítica - para operar seus procedimentos. Porém, de acordo como Ragin (2008), o fato de que o método QCA se constrói em função de teorias sociais de base, ground-based theories, implica que as variáveis a serem observadas nos estudos de casos sejam preemptivamente extraídas do acúmulo teórico prévio envolvendo tanto a perspectiva epistemológica que fundamenta o estudo quanto os resultados de estudos de caso anteriormente realizados. Neste caso, dada a necessidade de sistematização das observações anteriores e seu enquadramento em relação à perspectiva epistemológica crítica que adotamos, a Matriz Analítica desenvolvida apresenta-se como elemento fundamental para o design da abordagem QCA em estudos comparativos da práxis organizacional na economia solidária.

De forma complementar, uma vez que a base de microdados do Sistema de Informações da Economia Solidária (SIES) contempla informações específicas dos EES em observação aos eixos analíticos identificados pelo estudo, a Matriz Analítica também pode ser utilizada para a escolha de novos estudos de casos, promovendo a integração de análises qualitativas e aprofundando o conhecimento acadêmico sobre a autogestão.

De fato, o método QCA apresenta-se primordialmente como ferramenta analítica e como pacote de procedimentos para testes de configurações e relações causais observadas em estudos que têm como objetivo a avaliação transversal – cross-case – de casos. Nesse sentido, tal ferramenta não se posiciona como perspectiva epistemológica particular ou tem a pretensão de se identificar exclusivamente com determinado arcabouço teórico-metodológico

específico, sendo, portanto, compatível para a proposta que este trabalho pretende encaminhar.

Considerando isto, temos em mente que o método de abstração da realidade imediata em suas manifestações concretas rumo à compreensão das mediações e relações dialéticas que lhe põem e pressupõem, defendido por Marx (1977), possibilita a adoção da abordagem analítica do método QCA como

forma lógico-dedutiva de apreensão da realidade. Nesse sentido, compreendemos que a quarta etapa deste método, ao colocar em contraposição os resultados obtidos e os estudos de caso analisados, comporta, por outro lado, a apreciação histórico-dialética do objeto de estudo, configurando o retorno do concreto abstrato ao concreto real e assim, transformando-o em concreto mediado.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ALANIZ, E. P. A política pública de formação para economia solidária no Brasil (2003-2011): análise de um projeto PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha/RN e CFES nacional. Tese de doutorado. São Paulo, USP, Faculdade de Educação, 2012.

ARROYO, J. C. T. A Inserção de Empreendimentos da Economia Popular e Solidária no Emergente Aglomerado da Moda em Belém do Pará. Dissertação de Mestrado: Universidade da Amazônia, 2008.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no Mundo do Trabalho na Era da mundialização do Capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BARBOSA, R. N. C. A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007

BENINI, E. G.; BENINI E. A. As contradições do processo de autogestão no Capitalismo: Funcionalidade, Resistência e Emancipação pela Economia Solidária. **Revista Organizações e Sociedade**, Salvador. vol 17, n. 51 dez 2010. p. 605-619.

BENINI, E. A. Sistema orgânico do trabalho: arquitetura crítica e possibilidades. **São Paulo: Ícone**, 2012.

BEHR, R.; PAES de PAULA, A. P. Autogestão e lógica de mercado: a experiência da colônia Cecília e os dilemas da economia solidária. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

BERTUCCI, J. **A produção do sentido e a construção social da economia solidária**. Tese. (Doutorado em Economia), Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. **Avaliação das Políticas Públicas de Economia Solidária**. Brasília, 2005.

CALBINO, D; PAES de PAULA, A. P. Economia solidária: uma investigação sobre o estado da arte. **Gestão Contemporânea**, n. 14, 2013.

COSTA, P. A; CARRION, R. S. M. Situando a economia solidária no campo dos estudos organizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-142.

FARIA, M. S.; DAGNINO, R; NOVAES, H. T. Do fetichismo da organização e da tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas. **Revista Katálisis**, v. 11, n. 1, p. 123-131, 2008

FARIA, J. R. V. de et al. Autogestão e poder: esquema de análise das relações de poder em organizações com características autogestionárias. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

FERRARINI, A; GAIGER, L. I. G.; VERONESE, M. *Solidarity Economy Enterprises In Brazil: an overview from the second national mapping. The International Comparative Social Enterprise Models – ICSEM Project.* 2013.

GAIGER; L. I. G. Práticas sociais e Conhecimento Acadêmico no campo da economia solidária. *Revista BIB*, v. 73, p. 5-20, 2012.

GOMES, D. M. O. A.; PESSOA, R. A.; FARIA, M. V. C. M. Formação de redes de economia solidária: o caso da Rede Abelha Ceará. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

GUILLERM, A.; BOURDET, Y. **Autogestão: Mudança Radical.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LACERDA, J. F. B. Governar-se para quê? As Práticas de Gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários: O caso da Cadeia Produtiva de Algodão Ecológico Justa Trama. Dissertação de Mestrado: Universidade do Vale dos Sinos, 2009.

LAVILLE, J; FRANÇA FILHO, G. C. Economia solidária; uma perspectiva internacional. **Descleé de Brouewer, Paris**, 2004.

LEAL, A. P. **Autogestão e Qualificação: uma análise sobre as possibilidades de organização coletiva a partir da relação entre trabalho e conhecimento.** 2011. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná.

LÉVI-STRAUSS, C. *Des Symboles et Leurs Doubles.* Paris: Plon.1989.

LISBOA, A. de M. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 109-15, jul./set., 2005.

MANCINI, E. A. Cadeias produtivas solidárias. In: CATTANI, Antônio David (Org.). *A outra economia.* Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 26-8.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MESZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MESZÁROS, I. **A teoria da Alienação em Marx.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MESZÁROS, I. **Estrutura Social e Formas de Consciência II: A Dialética da Estrutura e da História.** São Paulo:Boitempo Editorial, 2011.

NASCIMENTO, C. Autogestão e o “novo” cooperativismo. Brasília, texto para discussão, 2004.

NEMIROVSKY, G. G. Para além da Alienação: a economia solidária como crítica ao capital. Florianópolis: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

NOBRE, Miriam. Mulheres na economia solidária. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, p. 205-211, 2003.

NOVAES, H. T. De tsunami a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina. **Revista Lutas e Resistências**, Londrina, n. 2, p. 84-97, 1º sem 2007.

NOVAES, H. T. **O Retorno do Caracol à sua Concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NUNES, D. Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária: uma aplicação da pedagogia da participação. São Paulo: Annablume, 2009.

PASSOS, Ó. A. V. D. Explorando novas práticas organizacionais em economia solidária: conceito e características dos bancos comunitários. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RAGIN, C. C. *The Comparative Method. Moving Beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1987.

RAGIN, C. C. *Fuzzy-Set Social Science*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

RAGIN, C. C. 2000. *Redesigning Social Inquiry: Fuzzy Sets and Beyond*. Chicago: University of Chicago Press.

RAZETO, Luís. Economia de solidariedade e organização popular. **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, p. 34-58, 1993.

RIBEIRO, S. D; MÜYLLER, C. F. Economia Solidária – Em busca dos elementos essenciais da sustentabilidade e solidariedade. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 71, 2014.

SCHIOCHET, V. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**. Brasília: MTE/Ipea, n. 40, p. 55-59, 2009.

SILVA JÚNIOR, J. T. **Gestão, Fato Associativo & Economia Solidária: A Experiência do Banco Palmas**. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal da Bahia, 2004.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Revista Estudos Avançados*, nº 18 (51): 7-22, 2004.

SINGER, P. Economia Solidária: democracia e conflito entre iguais. *Otra Economía*, vol 1, n. 1. 2007. p. 14-16

VARGAS, E. R. Empresa autogestionária: uma inovação organizacional competitiva? In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2., 2002, Recife. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.

---

**AUTORES**

---

**Gabriel Gualhanone Nemirovsky**

*Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela FFC/UNESP. Mestre em Administração pelo PPGad-UFMS. Professor Assistente na UFMS. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Organizações, Trabalho e Educação - GEPOTE. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária - ABPES.*

**Edi Augusto Benini**

*Filiado à Universidade Federal de Tocantins*

**Elcio Gustavo Benini**

*Filiado à Universidade Federal de Mato Grosso do sul*

**Eziel Gualberto de Oliveira**

*Filiado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*